

Corretores de imóveis vão participar da avaliação patrimonial do Estado

Em cerimônia realizada no Salão de Despachos do Palácio dos Bandeirantes na sexta-feira, o governador Mário Covas e o presidente do Creci, Roberto Capuano, assinaram um convênio histórico e inédito: os 40 mil corretores credenciados e as 15 mil empresas cadastradas no Conselho ajudarão o governo paulista a avaliar seu patrimônio imobiliário.

A aferição do valor real dos imóveis do Estado, inclusive dos que estão alugados ou cedidos a terceiros, integra um conjunto de providências que o governo está adotando com o objetivo de melhor aproveitá-los. As 20 delegacias regionais e os 527 delegados municipais atuarão como pontos de apoio administrativo aos pesquisadores do Estado.

O Conselho também indicará profissionais qualificados para participar de um Conselho Consultivo que fornecerá análises ao Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado sobre as negociações que envolvam os imóveis de maior complexidade ou de maior valor.

“Esse esforço dos corretores de imóveis, que atuarão gratuitamente, é mais uma demonstração de sua estreita vinculação

13/5/95



NOTÍCIA

95

com os interesses maiores da sociedade, a qual reconhece, pela ação do governo estadual, a importância da classe para seu próprio desenvolvimento”, afirmou o presidente do Creci, Roberto Capuano. Ele encara com satisfação a colaboração que os corretores darão ao Estado e vê esse momento como uma nova etapa na longa luta da categoria para livrar-se de velhos estigmas.

Orgulho profissional

“Os corretores de imóveis devem orgulhar-se do que são hoje, uma classe de profissionais respei-

necessários à realização da avaliação, que pode ser feita pelo método comparativo, pelo de renda ou por qualquer outro que se utilizar.

Os profissionais e empresas cadastrados também poderão receber formulários do Conselho do Patrimônio Imobiliário para que preencham com as informações requisitadas sobre determinados imóveis. Ao Conselho cabe ainda oferecer apoio administrativo aos pesquisadores, que para isso poderão utilizar as delegacias regionais e os delegados municipais, e ainda dar ampla divulgação dos objetivos do convênio.